



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**DE CARÊNCIA À POTÊNCIA, O EMPREENDEDORISMO NO G10
FAVELAS - (RE) CONHECIMENTO E INTELIGIBILIDADE DE
PRÁTICAS SOCIAIS ALTERNATIVAS**

**FABIANA PINTO DE ALMEIDA BIZARRIA, DANIELLE MARIA APOLONIO RODRIGUES, LUCYANA
OLIVEIRA BARBOSA, FLÁVIA LORENNE SAMPAIO BARBOSA,**

**GRUPO TEMÁTICO: 12 Gestão social, poder local e
desenvolvimento territorial**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

De Carência à Potência, o Empreendedorismo no G10 Favelas - (Re) conhecimento e inteligibilidade de práticas sociais alternativas

Resumo:

Para contribuir com o aprofundamento do tema ‘empreendedorismo social’ em favelas, a pesquisa analisa a experiência do “G10” Favelas. Desde o paradigma construtivista, empreendeu-se análise temática dedutiva, mediante codificação e definição de categorias e metacategorias, baseada em conteúdos midiáticos, recentes, de curta duração. Após a codificação, que definiu 43 categorias emergentes, atribuiu-se significados a 10 metacategorias: ‘empreendedorismo’, ‘princípio solidário’, ‘políticas públicas específicas e efetivas’, ‘alternativas à ausência do poder público/Estado’, ‘(des)emprego’, ‘favela e o desenvolvimento’, ‘favela como potência’, ‘favela como carência’, ‘fatores do desenvolvimento’, ‘redes socioeconômicas’. A discussão sugere que a experiência do G10 potencializa reconhecimento das práticas empreendedoras, conferindo credibilidade às potencialidades (e não carências), sendo importante desafio para a sociedade e políticas públicas, em função de leituras estereotipadas e estigmatizadoras comuns às favelas e seus moradores. Pesquisas futuras podem empreender esforços em debates sobre a questão racial étnica, gênero, LBGTQIA+, que envolvem concepções interseccionais em outros horizontes epistemológicos.
Palavras-chave: Empreendedorismo social. Negócios sociais. Políticas públicas.

Introdução:

Com as constantes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade moderna, ampliaram-se discussões voltadas à sustentabilidade (STANKOVIĆ, 2020), quando movimentos sociais e demais organismos da sociedade civil demandam novas ações com vistas à abordagem das urgentes preocupações globais (SAHASRANAMAM; NANDAKUMAR, 2020), com ênfase na inovação social (GERLI; CHIODO; BENGIO, 2021; GRILO; MOREIRA, 2022), na criação de oportunidades, no desenvolvimento e geração de renda, na empatia e autoeficácia empreendedora, com ênfase na responsabilidade e justiça social (LIU; LIANG, 2021), engajamento social e criação de redes (SIRINE; ANDADARI; SUHARTI, 2020).

Nesta perspectiva, o empreendedorismo social ganha força, com interesse renovado em variados campos do conhecimento, como sociologia, serviço social, economia e política (GENÚ; GÓMES; MUZZIO, 2018; TOMA, 2022), assumindo missão organizacional com campo de atuação fértil, inovador, com possibilidades de impactar e provocar mudanças sociais (SAHASRANAMAM; NANDAKUMAR, 2020), mobilizando ação conjunta de múltiplos setores da sociedade, objetivando intervir em áreas sob vulnerabilidade social, remodelando espaço e transformando realidades sociais (PEREVERZIEVA; VOLKOV, 2020).

Conceitualmente, o empreendedorismo social é considerado um fenômeno multifacetado (TAUBER, 2021), por apresentar definições heterogêneas ou híbridas do campo empresarial e elementos do social (RAN; WELLER, 2021; CHLIOVA; MAIR; VERNIS, 2020; LAMBRECHTS et al., 2020), enfatizando que os interesses econômicos devem convergir com a produção de bens e serviços que agreguem valor social. Para tanto, Chatterjee, Cornelissen e Wincent (2021) e Meyer e Sroka (2021) entendem ser necessário alinhamento entre valores organizacionais e locais, para a

mobilização de apoio e captação de recursos para a efetivação das respectivas ações de impacto social, tanto na esfera pública, como privada.

Contribuições importantes foram apresentadas à teorização do empreendedorismo social. No cenário internacional, as pesquisas de Hota, Subramanian e Narayanamurthy (2020), Toma (2022) e Grilo e Moreira (2022) evidenciam a urgência por definições precisas; e no nacional, pesquisas de Xavier Filho et al., (2014), Da Silva Vaz, Teixeira e Olave (2015), dentre outros, conferem destaque à contribuição social das ações, onde Ferraz (2022) sustenta crítica à abordagem ao empreendedorismo sob a ótica neoliberal.

Destaca-se, ainda, que são mais de 18 milhões de pessoas vivendo em favelas no Brasil, segundo levantamento realizado em 2021, pelo Instituto Locomotiva, o Data Favela e a Central Única de Favelas (CUFA). Em caminho diferente de Ferraz (2022), os autores afirmam existir nas comunidades, ou favelas, um movimento de criação e autocriação permanente e que produz, cotidianamente, redes empreendedoras que se sustentam e se reinventam historicamente. Adicionalmente, Martins (2014, p. 1263) ao resenhar a obra de Fernandes (2014) informa que favelas são “território marcado pelo estigma da pobreza e da ilegalidade e sob a concentração de uma chamada ‘classe perigosa’”, ou seja, espaço para conexões criativas de empreendedorismo, com base em novas propostas de visibilidade e intervenção social.

Muitas pesquisas, ainda, visam apresentar suportes conceituais, em função do debate sobre a fragilidade teórica do tema. Dessa forma, experiências práticas relacionadas ao empreendedorismo social podem contribuir com a consolidação do campo de conhecimento, integrando insights teóricos e práticos necessários ao avanço do tema (CHLIOVA; MAIR; VERNIS, 2020). Desenvolve a compreensão sobre as práticas reconhecidas no escopo do empreendedorismo social, ampliando a visibilidade de experiências cotidianas de pessoas que buscam criativamente solucionar problemas com iniciativas inovadoras, convergindo com a proposta de Santos (2007), que defende maior inteligibilidade às práticas sociais, face à invisibilidade de muitas experiências alternativas na sociedade.

Assim, a presente pesquisa observacional (GIL, 2008) de abordagem qualitativa, utiliza análise temática (MINAYO, 2007) e faz uso do software Atlas.ti (Archiv fuer Technik Lebenswelt und Alltagssprache) Ti (Text Interpretation), visando contribuir com o aprofundamento do tema ‘empreendedorismo social’ em favelas, a partir da experiência brasileira do ‘G10 Favelas’, que, segundo Muniz et al., (2021), inicia em Paraisópolis e, depois, forma uma rede de favelas para apoiar

novas ideias de negócios emergentes em diferentes lugares do país.

Muniz et al., (2021) ressaltam que durante a pandemia derivada do novo Coronavírus (COVID-19), ações do G10 Favelas ganharam destaque, considerando a mobilização comunitária. A escolha da denominação “G10” deu-se com base no G7 e no G20 (bloco econômico de líderes mundiais, dos países mais ricos) e reúne as lideranças das 10 maiores favelas do Brasil, sendo elas: Rocinha – RJ, Rio das Pedras – RJ, Heliópolis – SP, Paraisópolis – SP, Cidade de Deus – AM, Baixadas da Condor – PA, Baixadas da Estrada Nova Jurunas – PA, Casa Amarela – PE, Coroadinho – MA e Sol Nascente – DF. Assim, a pesquisa visa analisar a experiência do “G10” Favelas na perspectiva teórica do empreendedorismo social.

Do Empreendedorismo ao Empreendedor Social:

Mesmo que o debate conceitual sobre empreendedorismo social demande reflexões sobre o neoliberalismo em função da centralidade do capital, o tema percorre vias alternativas com potencial para apresentar soluções às problemáticas da sociedade (DEMPSEY; SANDERS, 2010), cotidianamente reinventadas em experiências locais concretas que demandam ações que superem problemáticas sociais complexas reais (PERRINI; VURRO; COSTANZO, 2010).

Estão relacionados ao tema, ainda, comportamento sustentável e preocupação com o futuro, ao passo que há maior compromisso da sociedade com o meio ambiente, o que é perceptível em temas como, marketing verde, sustentabilidade, influência social e comportamento pró-social (GRISKEVICIUS; CANTÚ; VUGT, 2012).

Além disso, Griskevicius, Cantú e Vugt (2012) reconhecem problemas relacionados à identidade individual e coletiva, valores de reciprocidade e de responsabilidade com as gerações futuras, bem como a relevância da liderança responsiva e o altruísmo para que essas organizações possam agregar valor social. Ao passo que Dempsey e Sanders (2010) discutem a relação entre a trajetória de vida e o trabalho empreendedor, o impacto do neoliberalismo sobre as formas contemporâneas do emprego remunerado, além de sugerir que o modelo capitalista adentre as organizações sem fins lucrativos, implicando na expectativa de um trabalho significativo, alternativo, com impactos sociais e suposições culturais.

Nesse escopo, compreende-se que o “movimento de empreendedorismo social” (COOK; DODDS; MITCHELL, 2003, p. 57) fomenta e evidencia iniciativas e parcerias sociais empreendedoras constituídas através do setor público, empresarial e terceiro setor da sociedade, visando a satisfação e bem-estar social, ativados pela responsabilidade social das organizações

envolvidas (BARON, 2007). Além disso, sua atuação defende o trabalho significativo com abordagens diversificadas, tanto no que se refere à sua definição conceitual, quanto à sua institucionalização prática, considerando quatro dimensões de investigação: o indivíduo, o processo, os modelos organizativos adotados e os fatores ambientais (BACQ; JANSSEN, 2011).

Das faces do empreendedorismo, Cook, Dodds e Mitchell (2003) apresentam reflexões sobre o bem-estar, através da construção de parcerias sociais, entre setores públicos e privados, por meio de prestação de serviços, gerenciamento de modelos e fortalecimento dos laços entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e corporações para fins mútuos. Reconhecem que o modelo empreendedor oferece caminhos para a reconstrução do bem-estar social por meio da atividade comunitária, representando alternativas ao desemprego e às restrições dos governos em relação à prestação de bem-estar. Assim, o modelo empreendedor abrange questões sociais relacionadas aos direitos da cidadania, os benefícios, responsabilidade coletiva dos/para os cidadãos.

Fowler (2000), por exemplo, define a inovação cívica, como concepção capaz de explicar essas organizações, e compreende necessário aproveitar oportunidades para criação de valor que possam revigorar suas atividades, para superar desafios relacionados à sustentabilidade, à incorporação financeira aliada a princípios de cooperação, à legitimidade das ações desenvolvidas e, ainda, à crescente dependência da captação de recursos. Grilo e Moreira (2022) também observam que a sustentabilidade financeira é essencial aos negócios sociais. Desa e Basu (2013), ainda, reconhecem que o empreendedorismo social precisa de abordagem teórica específica, e apresenta uma proposição, definida como contexto de ação, sustentada pela capacidade de mobilização de recursos, e condições favoráveis a essa capacidade.

Pesquisa de Perrini, Vurro e Costanzo (2010) também reconhece aumento de interesse institucional e político no âmbito local e regional, bem como papel de desenvolvimento de organizações de propósito social. Compreendem que a abordagem baseada em processo pode contribuir para a identificação de oportunidades, ao passo que a inovação estaria atrelada à resolução de problemas sociais complexos, com suporte nas dimensões: (i) identificação de oportunidades, (ii) dimensão individual, (iii) formalização, (iv) exploração, (v) contexto das oportunidades.

Outra contribuição à sustentabilidade dos negócios sociais é empreendida por Hoogendoorn (2016), quando busca explicar o fracasso de alguns modelos listados na Global Entrepreneurship Monitor (GEM) de 2009, argumenta que o apoio, os valores culturais, e a relação de dependência com outras organizações são essenciais para compreender o desenvolvimento institucional dessas

organizações. A institucionalização do empreendedorismo social, conforme Nicholls (2010), assume particular relevância, ao passo que os marcos regulatórios e a apresentação de divulgações ampliam o interesse da comunidade, em especial quando há regulamentação e consenso de legitimação, espaço para o debate de ideias conflitantes sobre a regulação e limites regulatórios.

Toma (2022) reconhece haver variações paradigmáticas para o tema, desde abordagens mais estrutural-funcionalistas, conflitualistas até psicossociais, com variadas definições, conforme a teoria da estruturação, a teoria institucional, a teoria do capital social, a teoria do movimento social, a teoria da evolução e a teoria da emergência. O autor ensaia uma proposta conceitual ou ‘taxonômica’ para definição do empreendedorismo social em três perspectivas: (i) empreendedorismo social como orientação cultural, (ii) empreendedorismo social como estratégia de gestão e (iii) empreendedorismo social como filosofia política.

Das três dimensões definidas por Toma (2022) observa-se que há análises do nível do indivíduo e da coletividade, no contexto dos valores e da racionalidade que orientam as ações em sociedade; há consideração ao ‘como’ se pode empreender esforços no âmbito dos negócios sociais, face aos processos gerenciais que garantam sustentabilidade financeira ao empreendimento; e, ainda, à concepção de Estado, e sua relação com a ideia de mercado e sociedade, na configuração de ‘como’ a combinação desses entes podem sustentar a premissa da justiça social.

Kuyumjian, Souza e Sant’anna (2014) apresentam estudo que agrega discussão ao modelo de Toma (2022), quando partem da ideia do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), voltadas à superação de situações de exclusão social, baseado nas potencialidades endógenas, humanas e sociais, para o exercício da cidadania. Entendem essenciais ao desenvolvimento local a formação para a gestão local, mecanismos de participação institucionalizados, realização de diagnósticos para o planejamento de ações, articulações entre variadas instâncias da sociedade, incluindo as governamentais. Os autores, ainda, consideram que o desenvolvimento empreendedor sustentável, sem fins lucrativos, deve acompanhar o fortalecimento da sociedade civil, incluindo mecanismos de monitoramento.

Metodologia:

Com suporte em abordagem qualitativa, o estudo observacional (GIL, 2008) segue a análise de documentários, entrevistas e noticiários, recentes e de curta duração, previamente identificados, selecionados e transcritos que referenciam a atuação do G10 favelas. Para tanto, se reconhece que conteúdos produzidos em plataformas de mídias representam fonte de evidências de pesquisa cada

vez mais reconhecida, a exemplo de investigações com podcast recentemente realizadas por Howard-Sukhil, Wallace e Chakrabarti (2021), Vasquez Heilig et al. (2021), Lundström e Lundström (2021), Moten (2021) e Hoydis (2020).

Assim, as evidências reunidas que formam o corpus da pesquisa são: (i) Conheça o G10 Favelas, (ii) União dos moradores e do comércio de Paraisópolis – Programa Fantástico, (iii) Quem não está investindo na favela está perdendo dinheiro, diz presidente do G10 das favelas, (iv) ONG ‘G10 favela’ faz 500 dias de ações nas comunidades do Brasil para ajudar famílias afetadas, (v) Emprega Comunidades, (vi) COVID19 – 10 iniciativas do Modelo Paraisópolis e (vii) Comitê de Bairro: G10 contra o Corona – Ação Paraisópolis.

Para a análise dos dados procedeu-se à análise temática, que visa “descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2007, p. 316), com atribuição de significado a partir do contexto de análise e, ainda, em razão do objetivo da pesquisa. Para tanto, foi empreendida a ‘Pré-análise’, com a ‘Exploração do material’, finalizada pela ‘Classificação e junção dos dados’. Na sequência, foram realizadas as três fases propostas por Minayo (2007), a leitura do material transcrito, seguida pela codificação e recorte do material selecionado, encerrada pela categorização empírica e tratamento dos dados, acompanhada da interpretação e determinação dos resultados.

Considerando o paradigma construtivista, a análise temática assume perfil dedutivo, indo além do conteúdo semântico dos dados, posto que visa apreender temas latentes (ideias, suposições e conceituações subjacentes) baseados em experiências socialmente produzidas e reproduzidas em contexto socioculturais pelos sujeitos das narrativas, reconhecendo o caráter recursivo do processo de classificação, codificação e categorização dos dados (BRAUN; CLARKE, 2006). Também foi considerada a sequência para análise temática apresentada por Braun e Clarke (2006) em seis fases: (i) familiarizando-se com seus dados, mediado pela transcrição dos dados verbais; (ii) geração de códigos iniciais; (iii) procurando por temas (iv) revisão de temas, que implica em assumir critérios de julgamento das categorias baseado em homogeneidade interna e heterogeneidade externa; (v) definição e nomeação de temas; e (vi) produção do relatório, que envolve a narrativa analítica em resposta ao objetivo da pesquisa.

Para adequada compreensão das narrativas, a contextualização das falas dos sujeitos envolvidos no campo social observado foi enfatizada durante a codificação que enseja as categorias empíricas. Primeiramente, o pesquisador se situa no ambiente social, econômico e político do grupo

pesquisado, sucedido pelo ‘encontro’ do pesquisador com os fatos, conectando observações e comunicações registradas, seguida da análise final, que se desenvolve a partir da relação verificada entre os dados levantados, as teorias e as categorias analíticas e empíricas identificadas (Minayo, 2007).

Para empreender análise temática, recorreu-se ao software Atlas.ti (Archiv fuer Technik Lebenswelt und Alltagssprache) Ti (Text Interpretation), versão 7.5.10, considerando experiências de uso desse software com esse método de análise, desenvolvidas, por exemplo, por Chopra et al. (2022) e Blattner et al (2010). Segue-se, ainda, recomendações de Soratto, Pires e Friese (2020) em relação à utilização desse software para armazenar as informações relevantes proporcionando maior segurança no gerenciamento de dados, com verificação e validação do processo de codificação baseado em primary documents, quotes, codes, memos e comment, ensejando insights durante toda a pesquisa, e organização em esquemas gráficos (Netview) (KELLE, 2004; BANDEIRA-DE-MELO, 2006).

A codificação, por fim, pode seguir padrões mais abstratos e complexos, com a definição de metacategorias, quando são agrupados códigos com sentido similar (CASTLEBERRY; NOLEN, 2018), reunidos para sistematização categórica que favorece a análise dos resultados.

Discussão dos Resultados:

O procedimento de codificação foi realizado com cada vídeo, em sequência, os códigos ensejaram significados que sugeriram a definição de metacategorias utilizadas para a análise dos resultados. Para desenvolver a análise, considerando análise temática, serão discutidas as categorias e metacategorias definidas para o estudo, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Categorias empíricas e as metacategorias da pesquisa

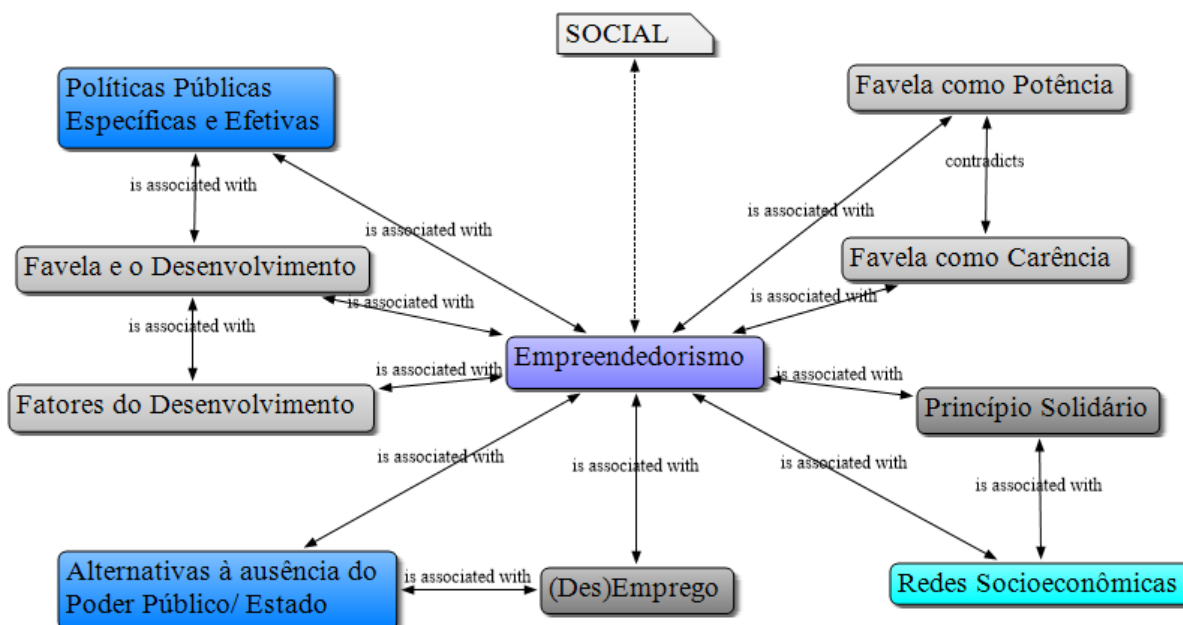
Categorias Empíricas	Metacategorias
Transformação. Trabalho coletivo. Resolução de problemas. Conexão/ rede de solidariedade	Princípio solidário
Empreendedorismo como potência. Investimento em empreendedorismo. Resultados em números	Empreendedorismo
Políticas públicas específicas. Política pública específica para favelas/ comunidades. Ação efetiva	Políticas públicas específicas e efetivas
Iniciativas para as ausências do Estado. Alternativas ao Poder Público	Alternativas à ausência do Poder Público/ Estado
Desemprego e realocação. Emprego como investimento na comunidade. Mutirão de empregos. Convite à contratação – nós temos qualificação e diversidade. Carteira assinada. Mercado de trabalho	(Des)Emprego
Favela como resultado do desenvolvimento? Desenvolvimento desordenado das favelas. Contexto de crise/ Calamidade pública	Favela e o desenvolvimento
Favela como potência econômico-financeira; Favela como mercado – emprego, renda, oportunidades – consumo.	Favela como potência
Representação da favela: Córrego, enchente, falta de água, e de assistência.	Favela como carência

Coitadinho, violento e marginal. Menores oportunidades	
Desenvolvimento regional. Transformações endógenas. Conhecer as necessidades. Apoio/ Formação/ Crédito. Agente/ Ator social. Sustentabilidade das iniciativas.	Fatores do Desenvolvimento
Negócios sociais; Redes; Escritórios de negócios. Mapeamento das lideranças	Redes Socioeconômicas
Práticas sociais: Presidente de rua; Casas de Acolhimento; Costurando sonhos; Fortalecendo o comércio local; Mãos de Maria. Plataformas de Conexão – empresas e candidatos. Comitês dos bairros	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Para facilitar a compreensão sobre as relações entre as categorias para discussão temática, recorreu-se ao *software* Atlas.ti, considerando o recurso *Netview*, para estabelecer discussão sobre os temas emergentes. A Figura 1, a seguir, apresenta graficamente as metacategorias dispostas no quadro 1.

Figura 1 – Metacategorias da Análise Temática – Narrativas sobre G10 Favelas



Fonte: *output* do *software* Atlas.ti, versão 7.5.10

A experiência ‘G10 Favelas’ surge durante o evento *Slum Summit* (cúpula das favelas), realizado no dia 23 de novembro de 2019, no ginásio de Paraisópolis – São Paulo, Brasil, com cerca de 720 pessoas: representações comunitárias de todo o país. Tal formação deu-se com base nos dados apresentados pela empresa *Outdoor Social*, onde o potencial financeiro e de consumo das favelas chegavam a cifras bilionárias, sendo este o elemento que levou à criação do G10. Tal iniciativa coloca em evidência a inovação cívica (FOWLER, 2000) a organização social com base na corresponsabilidade (BARON, 2007).

O bloco almeja aumentar a autoestima do morador, apresentar a favela como ambiente/lugar

de sucesso, contribuir com a mudança de percepção da sociedade em relação à favela, revelando sua capacidade de geração de bens e serviços, coadunando com as pontuações de Desa e Basu (2013), no que se refere à mobilização de recurso local. A partir do evento, pretende-se captar financiamento coletivo para o investimento em projetos nas regiões periféricas, despertando a potência das pessoas para transformar suas realidades.

O G10 Favelas estrutura-se com representações de diversas favelas do país, com encontros periódicos, colaboração e avaliação do impacto das ações executadas pelo grupo (<https://g10favelas.com.br>). Para tanto o bloco social possui toda uma estrutura de coleta de dados, acompanhamento das atividades e do impacto provocado pelas mesmas.

Nesse ensejo surge o tema ‘metacategoria’ (CASTLEBERRY; NOLEN, 2018), ‘empreendedorismo’, central à concepção do G10. Em relação à ideia de geração de emprego e renda na Favela, Gilson Rodrigues, então presidente da União de Moradores de Paraisópolis, coordenador do G10 ressalta a necessidade de potencializar o movimento empreendedor em comunidade, com ampliação de investimentos, outrossim Bacq e Janssen (2011) apresentam este modelo de organização na perspectiva do indivíduo, processo, a organização e o ambiente. Para isso, recorrem enfaticamente ao volume de recursos financeiros e ao grande mercado situado nas favelas, com números que merecem, conforme ressaltam os envolvidos, ser considerados, alcançando valores de cerca de 7,7 bilhões, com estimativa de 128 bi.

O adjetivo social ao empreendedorismo surge na perspectiva do ‘princípio solidário’, definindo os valores subjacentes às ações empreendedoras. Nesse ensejo, são ressaltados o ‘trabalho coletivo’, a ‘solidariedade’ e a busca permanente de resolução de problemas da comunidade, a partir da inovação social, como descrito por Gerli, Chiodo e Bengo (2021) e Grilo e Moreira (2022).

A resolução de problemas, ainda, estaria relacionada à corriqueira falta de estrutura das favelas que, em função de questões urbanas em processo de desenvolvimento sem maior planejamento, elevam situações críticas às pessoas que vivem em condições frágeis. O tema ‘favelas e o desenvolvimento’, portanto, ressalta que as condições de vida e trabalho nas comunidades potencializam as vivências críticas em contexto de crise (PERRINI; VURRO; COSTANZO, 2010), em função da ausência de infraestrutura e serviços de suporte e assistência adequados.

Associado aos desafios do desenvolvimento nas cidades, as favelas também concentram problemáticas relacionadas ao desemprego, ampliando o empreendedorismo social para além das ações caritativa das ONG’s (FOWLER, 2000). Como tema de análise, são evidenciadas questões que

envolvem a dignidade relacionadas ao emprego, desde o anseio pela realocação no mercado e investimento na comunidade, perpassando pela significância do trabalho na dinâmica social (DEMPSEY; SANDERS, 2010). O empreendedorismo social, em referência ao G10, portanto, convoca que a dimensão o problema ‘desemprego’ seja debatido, inclusive, dando maior visibilidade à qualificação e à diversidade presentes nas comunidades, com ações que envolvam a garantia de novas contratações por meio da mobilização ‘mutirão’ e engajamento comunitário em prol da inserção no mercado de trabalho.

Com esse debate, tem-se a análise da relação com o Estado, nas implicações políticas (GRISKEVICIUS; CANTÚ; VUGT, 2012). Os relatos demandam maior participação das políticas públicas com ações específicas para os problemas das favelas, ao passo que esses desafios demandam conhecimento sobre os determinantes histórico-sociais-econômicos e urbanos que configuram as condições de vida, trabalho e moradia desses territórios (BARON, 2007). Assim, compreende-se que, o empreendedorismo social representado pelo G10 sustenta a mobilização com ‘alternativas à ausência do poder público-estatal’. Nesse sentido, o empreendedorismo ganha sentido de sobrevivência, face à urgência, e dimensão política, demonstrando as demandas ao Estado, e anseio por políticas públicas adequadas à realidade (KUYUMJIAN; SOUZA; SANT’ANNA, 2014; PERRINI; VURRO; COSTANZO, 2010).

Nesse caminho, observa-se a luta contra as representações sociais atribuídas às pessoas que residem nas favelas. O tema ‘favela como carência’ reúne desafios subjacentes ao investimento estatal por meio de políticas públicas voltadas à qualificação e desenvolvimento de potencialidades, posto que as questões estruturais são reconhecidas à definição do sujeito da favela, como alguém incapacitado pelas circunstâncias de seu contexto (PERRINI; VURRO; COSTANZO, 2010).

As narrativas, no que lhe concerne, ressaltam a necessidade de novas representações para a ‘favela como potência’, a partir do reconhecimento das possibilidades econômicas a partir do desenvolvimento endógeno, com suporte nas potencialidades dos atores sociais que residem nesses territórios (DESA; BASU, 2013). Para tanto, seriam necessárias ações específicas, considerando ‘fatores de desenvolvimento’, que, se acionados, podem contribuir com o desenvolvimento dessas potencialidades, gerando transformações favoráveis do desenvolvimento local-regional (BACQ; JANSSEN, 2011). São apresentados fatores relacionados ao conhecimento das necessidades das comunidades, o apoio, a formação, o acesso a crédito, por exemplo. Além disso, há consideração específica à garantia de sustentabilidade das iniciativas (STANKOVIĆ, 2020).

Em relação ao tema ‘redes socioeconômicas’, entende-se subjacente às narrativas a necessidade de maior investimento nas ‘redes’ (SIRINE; ANDADARI; SUHARTI, 2020), considerando o potencial de transformação pelo coletivo. Com isso, há consideração às redes de negócios e de escritórios no anseio de ativar maior investimento e desenvolvimento do empreendedorismo nas comunidades.

O modelo adotado é centrado na captação de recursos (CHATTERJJE; CORNELISSEN; WINCENT, 2021; MEYER; SROKA, 2021) que se dá prioritariamente entre os moradores, com o apoio na geração de renda interna que possibilita o financiamento de ações sociais. Entretanto, os investidores externos às comunidades também são mobilizados pelo G10, para que assim surjam maiores oportunidades aos moradores e ao empreendimento social.

Por fim, algumas experiências ou práticas sociais adotadas pelo G10, são apresentadas pelas narrativas, a saber: Presidente de rua; Casas de Acolhimento; Fortalecendo o comércio local; e, Comitês dos bairros. Todas desenvolvidas para solucionar problemas específicos vivenciados pelo coletivo da favela, visando o empoderamento dos moradores e a geração de renda interna, recorrendo às lideranças comunitárias para o engajamento e mobilização necessários às ações desenvolvidas.

Outras experiências podem ser registradas como: Fundo para o Desenvolvimento do Empreendedorismo de Impacto Social’, Escritório de Negócios e Inovação, lançado 2021, G10 Bank, Emprega Comunidades, Academia de Revendedoras, Costurando Sonhos Brasil e Mãos de Maria.

Com base na análise temática e referência às práticas sociais desenvolvidas pelo G10, observa-se que as dimensões, definidas por Toma (2022), em relação ao empreendedorismo social, são evidenciadas. A orientação cultural se manifesta com o princípio solidário, que permeia o senso coletivo e a mobilização em prol da melhoria das condições materiais e simbólicas no território; as estratégias de gestão, se organizam mediante processos inovações para a captação de investimento, reinvestimento e oferta de oportunidades de acesso a crédito, por exemplo; em relação à filosofia política, ainda, as experiências e narrativas recorrem à busca de sobrevivência, considerando as possibilidades concretas e contextuais; estas, situam o mercado e a demanda por recursos para a garantia de dignidade. Assim, a busca por justiça social reforça que a lucratividade dos empreendimentos sociais são essenciais ao bem-estar das pessoas envolvidas, não excluindo a demanda por maior participação do Estado com políticas públicas adequadas ao tecido social das favelas.

Conclusões:

Realização:

SBAP
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Saiba mais em: sbap.org.br

Localização:

FGV EAESP

Fundação Getúlio Vargas (FGV - EAESP) São Paulo - SP

Na perspectiva de contribuir com o aprofundamento do tema ‘empreendedorismo social’ em favelas, a partir da experiência brasileira do ‘G10 Favelas’, foi empreendida análise temática com suporte na definição das metacategorias ‘empreendedorismo’, ‘princípio solidário’, ‘políticas públicas específicas e efetivas’, ‘alternativas à ausência do poder público/Estado’, ‘(des)emprego’, ‘favela e o desenvolvimento’, ‘favela como potência’, ‘favela como carência’, ‘fatores do desenvolvimento’, ‘redes socioeconômicas’.

A análise temática parte da abordagem construtivista, na perspectiva de situar as experiências e narrativas ao contexto social, econômico, cultural e político de um tecido social conhecido como favelas, que revelam fragilidades face ao processo de desenvolvimento e urbanização das cidades, em especial, das capitais e grandes cidades brasileiras. Nesse ensejo, busca-se compreender o empreendedorismo social não como ideologia, em considerações analíticas que merecem aprofundamento do debate sob a lente neoliberal, como sugere Ferraz (2022), mas, tão somente, à necessidade concreta e urgente de sobreviver, que centraliza os esforços do G10.

Com a leitura ‘taxonômica’ de Toma (2022) foi possível sistematizar compreensão em torno das metacategorias atribuídas, demarcando haver, *a priori*, não uma fragilidade teórica, mas, como sinaliza Santos (2007), a ausência de maior interesse, com garantia de inteligibilidade às práticas sociais emergentes, contextualmente urgentes, no sentido de garantias mínimas de dignidade e sobrevivência para os atores sociais envolvidos. O reconhecimento dessas práticas como empreendedorismo social, ainda, confere credibilidade às potencialidades (e não carências), sendo importante desafio para a sociedade e políticas públicas, em função de leituras estereotipadas e estigmatizadoras em relação às favelas e seus moradores.

Com as experiências do G10 Favelas foi possível reconhecer os desafios do empreendedorismo social que superam o debate que problematiza a relação do empreendedorismo com o Estado, pela conotação de subserviência ou de livre mercado. Mas, antes, adesão às múltiplas possibilidades de vida, alternativas, que emergem de contextos sociais críticos. Assim, não se advoga que o empreendedorismo social seja solução para a falta de investimento em políticas públicas específicas e efetivas para as favelas, e, sim, que o empreendedorismo social revele caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas às potencialidades de atores sociais que conseguem superar, coletivamente, e solidariamente, os ‘determinantes’ de suas condições sociais adversas.

Pesquisas futuras podem empreender esforços para suscitar análises não aprofundadas na investigação, como, por exemplo, condições de efetividade de políticas públicas voltadas ao

empreendedorismo social a partir da diversidade dos atores e das questões sociais que vivenciam. Nesse escopo, estão atravessados debates sobre a questão racial étnica, gênero, LBGTQIA+, dentre outros, que envolvem concepções interseccionais em outros horizontes epistemológicos.

Referências:

- BACQ, Sofia; JANSSEN, Frank. The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 23, n. 5-6, pág. 373-403, 2011.
- BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. Softwares em pesquisa qualitativa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**, v. 2, p. 429-457, 2006.
- BARON, David P. Corporate social responsibility and social entrepreneurship. **Journal of Economics & Management Strategy**, v. 16, n. 3, p. 683-717, 2007.
- BLATTNER, Katharina *et al.* Introducing point-of-care testing into a rural hospital setting: thematic analysis of interviews with providers. **Journal of primary health care**, v. 2, n. 1, p. 54-60, 2010.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- CASTLEBERRY, Ashley; NOLEN, Amanda. Thematic analysis of qualitative research data: Is it as easy as it sounds?. **Currents in pharmacy teaching and learning**, v. 10, n. 6, p. 807-815, 2018.
- Cerca de 8% da população brasileira mora em favelas, diz Instituto locomotiva, (2021). CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-8-da-populacao-brasileira-mora-em-favelas-diz-instituto-locomotiva/#:~:text=A%20pesquisa%20aponta%20que%20a,m%C3%A9dia%20nacional%2C%20de%2055%25>> Acesso em: 30 Jun. 2022.
- CHATTERJEE, Ira; CORNELISSEN, Joep; WINCENT, Joakim. Social entrepreneurship and values work: The role of practices in shaping values and negotiating change. **Journal of Business Venturing**, v. 36, n. 1, p. 106064, 2021.
- CHLIOVA, Myrto; MAIR, Johanna; VERNIS, Alfred. Persistent category ambiguity: The case of social entrepreneurship. **Organization Studies**, v. 41, n. 7, p. 1019-1042, 2020.
- CHOPRA, Sakshi *et al.* Perceived risk factors for weight gain, barriers, and facilitators related to weight loss experienced by perimenopausal women: focus group discussion and thematic analysis. **Menopause**, v. 29, n. 2, p. 219-224, 2022.
- Comitê de Bairro: G10 contra o Corona – Ação Paraisópolis. (2020) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GSTunvqgiLw>> Acesso em: 6 Dez. 2021
- Conheça o G10 Favelas. (2020). Disponível em: <<https://www.facebook.com/UniaoParaisopolis/videos/conhe%C3%A7a-o-g10-favelas/694988471353525/>> Acesso em: 13 Out. 2021.
- COOK, Beth; DODDS, Chris; MITCHELL, William. Social entrepreneurship—False premises and dangerous forebodings. **Australian Journal of Social Issues**, v. 38, n. 1, p. 57-72, 2003.
- COVID19 – 10 iniciativas do Modelo Paraisópolis. (2020). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hh9Zryvc3K0>> Acesso em: 3 Dez. 2021.
- DA SILVA VAZ, Vitor Hugo; TEIXEIRA, Rivanda Meira; OLAVE, Maria Elena Leon. Empreendedorismo social feminino e motivações para criar organizações sociais: estudo de casos múltiplos em Sergipe. **Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 4, n. 3, p. 37-61, 2015.
- DEMPSEY, Sarah E.; SANDERS, Matthew L. Meaningful work? Nonprofit marketization and work/life imbalance in popular autobiographies of social entrepreneurship. **Organization**, v. 17, n. 4, p. 437-459, 2010.
- DESA, Geoffrey; BASU, Sandip. Optimization or bricolage? Overcoming resource constraints in global social entrepreneurship. **Strategic entrepreneurship journal**, v. 7, n. 1, p. 26-49, 2013.
- Emprega Comunidades. (2020) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=geC3Y13xSP4>> Acesso em: 03 Dez. 2021.
- Fernandes, André. *Perseguindo um sonho*. A história da fundação da primeira agência de notícias de favelas

do mundo. Rio de Janeiro: ANF Produções, 2014.

FERRAZ, Janaynna de Moura. Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 252-261, 2022.

FOWLER, Alan. NGOs as a moment in history: beyond aid to social entrepreneurship or civic innovation?. **Third world quarterly**, v. 21, n. 4, p. 637-654, 2000.

GENÚ, Jéssica Moliterno; GÓMEZ, Carla Regina Pasa; MUZZIO, Henrique. A criatividade no empreendedorismo social: motivação, experiência e habilidade, juntas para o bem comum. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 3, 2018.

GERLI, Francesco; CHIODO, Veronica; BENGIO, Irene. Technology transfer for social entrepreneurship: Designing problem-oriented innovation ecosystems. **Sustainability**, v. 13, n. 1, p. 20, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRILO, Ricardo; MOREIRA, António Carrizo. The social as the heart of social innovation and social entrepreneurship: An emerging area or an old crossroads?. **International Journal of Innovation Studies**, v. 6, n. 2, p. 53-66, 2022.

GRISKEVICIUS, Vladas; CANTÚ, Stephanie M.; VAN VUGT, Mark. The evolutionary bases for sustainable behavior: Implications for marketing, policy, and social entrepreneurship. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 31, n. 1, p. 115-128, 2012.

HOOGENDOORN, Brigitte. The prevalence and determinants of social entrepreneurship at the macro level. **Journal of Small Business Management**, v. 54, p. 278-296, 2016.

HOTA, Pradeep Kumar; SUBRAMANIAN, Balaji; NARAYANAMURTHY, Gopalakrishnan. Mapping the intellectual structure of social entrepreneurship research: A citation/co-citation analysis. **Journal of Business Ethics**, v. 166, n. 1, p. 89-114, 2020.

HOWARD-SUKHIL, Christian; WALLACE, Samantha; CHAKRABARTI, Ankita. Developing Research through Podcasts: Circulating Spaces, A Case Study. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**, v. 15, n. 3, 2021.

HOYDIS, Julia. Introduction: New Waves—Feminism, Gender, and Podcast Studies. In: **Gender Forum**. Prof. Dr. Beate Neumeier, 2020. p. 1-1.

Kelle, Udo. Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. 3 ed. Petrópolis, Vozes: 2004, p. 393-415.

KUYUMJIAN, Rodrigo; SOUZA, Eloisio Moulin de; SANT'ANNA, Sérgio Robert de. Uma análise a respeito do desenvolvimento local: o empreendedorismo social no Morro do Jaburu-Vitória (ES), Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 1503-1524, 2014.

LAMBRECHTS, Wim *et al.* Unraveling the role of empathy and critical life events as triggers for social entrepreneurship. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 579500, 2020.

LIU, Hwei-Ching; LIANG, Chaoyun. How journalism experience translates to social entrepreneurship: An intention formation study of the Art Yard at Dadaocheng in Taiwan. 2021.

LUNDSTRÖM, Tomas Poletti; LUNDSTRÖM, Markus. Radical-Nationalist Podcasting under a Post-Fascist Condition: The Swedish Podcast Motgift. **Fascism**, v. 10, n. 1, p. 186-201, 2021.

MARTINS, Rosana. Conexões criativas de empreendedorismo: novas propostas de visibilidade e intervenção social nas periferias do Rio de Janeiro. **Revista FAMECOS**, v. 21, n. 3, p. 1262-1269, 2014.

MEYER, Natanya; SROKA, Włodzimierz. A theoretical analysis of social entrepreneurship: The case of Poland and South Africa. **Journal of Eastern European and Central Asian Research (JEECAR)**, v. 8, n. 1, p. 133-148, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p. **Saúde em debate**, v. 46.

MOTEN, Crystal M. Creating During Crisis: The Development of the Black HERstory 101 Podcast. **Journal of Women's History**, v. 33, n. 3, p. 157-161, 2021.

MUNIZ, Renata Cavalcanti *et al.* Covid-19 in Brazil in an era of necropolitics: resistance in the face of disaster. **Disasters**, v. 45, p. S97-S118, 2021.

NICHOLLS, Alex. Institutionalizing social entrepreneurship in regulatory space: Reporting and disclosure by community interest companies. **Accounting, organizations and society**, v. 35, n. 4, p. 394-415, 2010.

- ONG 'G10 Favela' faz 500 dias de ações nas comunidades do Brasil para ajudar famílias afetadas. (2021). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d9-eXgzNFnM>>. Acesso em: 18 Out. 2021.
- PEREVERZIEVA, Anna; VOLKOV, Volodymyr. Assessment and Forecasting of Favourable conditions for social entrepreneurship development. **Baltic Journal of Economic Studies**, v. 6, n. 3, p. 59-66, 2020.
- PERRINI, Francesco; VURRO, Clodia; COSTANZO, Laura A. A process-based view of social entrepreneurship: From opportunity identification to scaling-up social change in the case of San Patrignano. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 22, n. 6, p. 515-534, 2010.
- Quem não está investindo na favela está perdendo dinheiro, diz presidente do G10 das favelas. (2021). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tBuPaypLT6g>> > Acesso em: 13 Out. 2021.
- RAN, Bing; WELLER, Scott. An Exit Strategy for the Definitional Elusiveness: A Three-Dimensional Framework for Social Entrepreneurship. **Sustainability**, v. 13, n. 2, p. 563, 2021.
- SAHASRANAMAM, Sreevas; NANDAKUMAR, M. K. Individual capital and social entrepreneurship: Role of formal institutions. **Journal of Business Research**, v. 107, p. 104-117, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.
- SIRINE, Hani; ANDADARI, Roos Kities; SUHARTI, Lieli. Social Engagement Network and Corporate Social Entrepreneurship in Sido Muncul Company, Indonesia. **The Journal of Asian Finance, Economics and Business**, v. 7, n. 11, p. 885-892, 2020.
- SORATTO, Jacks; PIRES, Denise Elvira Pires de; FRIESE, Susanne. Thematic content analysis using ATLAS.ti software: Potentialities for researchs in health. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 73, 2020.
- STANKOVIĆ, Marija. Demystifying the relationship between new public management and social entrepreneurship: a conceptual framework. **Sociologija**, v. 62, n. 3, p. 438-454, 2020.
- TAUBER, Lilian. Beyond homogeneity: redefining social entrepreneurship in authoritarian contexts. **Journal of social entrepreneurship**, v. 12, n. 1, p. 50-68, 2021.
- TOMA, Gabriel-Alexandru et al. Social entrepreneurship: a conceptual taxonomy. **Jurnalul Practicilor Comunitare Pozitive**, v. 22, n. 1, p. 60-76, 2022.
- União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis - Matéria veiculada no programa Fantástico (Rede Globo). (2020). Disponível em: <<https://www.facebook.com/UniaoParaisopolis/videos/720189352252579/>> Acesso em: 8 Nov. 2021.
- VASQUEZ HEILIG, Julian et al. A digital ethnography of Teach for America: Analysis of counternarrative from the Truth for America podcast. **Urban Education**, v. 56, n. 4, p. 610-639, 2021.
- WEVERS, Herman T.; VOINEA, Cosmina L.; DE LANGEN, Frank. Social Entrepreneurship as a Form of Cross-Border Cooperation: Complementarity in EU Border Regions. **Sustainability**, v. 12, n. 20, p. 8463, 2020.
- XAVIER FILHO, José Lindenberg Julião *et al.* O Empreendedorismo Social como Alicerce do "Programa Empreender Comunidade". **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, 2014.